



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 291

**TERMO DE REFERÊNCIA: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTE
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
IVISA-RIO/CTATS/GAF**

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo: **SMS PRO2025-28200**
Órgão Requisitante: SUBPAV/SAP/CDT/GSAIDS
Órgão Elaborador: S/IVISA-RIO/CTATS/GAF

1.1 OBJETO: GEL LUBRIFICANTE ÍNTIMO - SACHE COM 5 GRAMAS - obedecendo a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 e DECRETO RIO Nº 51.078, 04 DE JULHO DE 2022.

1.2 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

| ITENS | CÓDIGO SMA | CÓDIGO BR | NOME PADRONIZADO | U/C | PARTICIPAÇÃO | QUANTITATIVO | QUANTIDADE TOTAL |
|-------|-------------|-----------|---|-------|-----------------------------|--------------|------------------|
| 1 | 65151501330 | 325424 | Gel Lubrificante, Tipo Íntimo, Incolor, Inodoro, Solúvel em água, Transparente e não Gorduroso –sache de 5g | Sache | AMPLA CONCOR RÊNCIA | 3.269.682 | 3.632.980 |
| 2 | 65151501330 | 325424 | Gel Lubrificante, Tipo Íntimo, Incolor, Inodoro, Solúvel em água, Transparente e não Gorduroso –sache de 5g | Sache | COTA RESER VADA PARA ME/EPP | 363.298 | |

1.3- CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

O produto a ser adquirido é enquadrado na classificação de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos em instrumento convocatório por meio de especificações usuais no mercado, conforme o art. 6º, XIII, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o art. 2º, II, do Decreto Rio nº 51.078, de 04 de julho de 2022.

1.4 - ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

1.4.1 - Por se tratar de aquisição com entrega imediata e integral do item adquirido, dos quais não resultando obrigações futuras, inclusive assistência técnica, será dispensável o contrato formal conforme previsto no art. 95 da Lei 14.133/2021, que será substituído pela Nota de Empenho e respectiva Autorização de Fornecimento.

1.4.2 - Por se tratar de bem de natureza divisível, será estabelecida a cota de até 10% (dez por cento) para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da resolução SMA nº 1.594/2010.

1.4.3 - Para os itens cujo valor não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o processo de contratação será destinado exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme estabelecido no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.4.4 - Um valor estimado superior a R\$ 4.800.000, acarretará na aplicação de uma licitação sem benefícios para qualquer empresa.

1.4.5 - A prestação de serviço não gera vínculo empregatício entre os trabalhadores da CONTRATADA com a Administração Pública CONTRATANTE, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade e

subordinação.

1.5 - PRAZO DO CONTRATO

A duração inicial da vigência da ata será de 12 (doze) meses, admitida à prorrogação na forma do artigo 105 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

1.6 - MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

Por definição legal, a aquisição de bens e serviços comuns forçosamente se executará na modalidade de licitação por pregão, cujo critério de julgamento, no caso específico, será o de menor preço tendo-se em vista a ausência de fixação pelo montante-base de preço global parametrizado para a oferta dos descontos, ou da inexistência de tabela de preços referenciais praticados no mercado, por meio do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços, de acordo com o art. 28, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto Rio nº 51.078, de 04 de julho de 2022.

2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Justificativa do objeto a licitar: **GEL LUBRIFICANTE ÍNTIMO - SACHE COM 5 GRAMAS**, para atender ao Programa de Complementação das Ações de Prevenção às Infecções Sexuais Transmissíveis da Subsecretaria de Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, obedecendo a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 e DECRETO RIO Nº 51.078, 04 DE JULHO DE 2022.

Trata-se de demanda de aquisição de item pertencente ao grupo 91- PCA 2026 - insumos destinados a Gerência de DST/AIDS.

| CÓDIGO SIGMA | DESCRIPTIVO DO PRODUTO |
|--------------|--|
| 65151501330 | Gel lubrificante íntimo podendo ser usado com ou sem preservativo, não gorduroso, transparente, inodoro, solúvel em água, PH neutro, consistência apropriada à finalidade a qual se destina, hipoalergênico e de fácil remoção. Sachê com 5 g cada. |

Considerando que cabe ao ente público assegurar a todos conforme e expresso descrito no art. 196 da Constituição Federal: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A Prevenção Combinada é uma estratégia que faz uso simultâneo de diferentes abordagens de prevenção (biomédica, comportamental e estrutural) aplicadas em múltiplos níveis (individual, nas parcerias/relacionamentos, comunitário, social) para responder a necessidades específicas de determinados segmentos populacionais e de determinadas formas de transmissão do HIV. A mesma abrange o uso da camisinha externa (masculina) ou interna (feminina), **gel lubrificante**, diagnóstico e tratamento das infecções sexualmente transmissíveis (IST), testagem para HIV, sífilis e hepatites virais B e C, Profilaxias Pré e Pós-Exposição ao HIV (PrEP e PEP, respectivamente), imunização, etc...

O **gel lubrificante** é necessário para reduzir o atrito da borracha do preservativo na mucosa evitando o rompimento, é uma das ferramentas de “Prevenção Combinada” usada no combate ao HIV e outras infecções sexuais transmissíveis (IST) - que o Ministério da Saúde incentiva e orienta o fornecimento aos usuários.

Prover o acesso deste item é uma ação alinhada ao um indicador, que se refere ao Percentual de redução da mortalidade por AIDS, para atendimento da Meta: Induzir a redução em 15% da mortalidade por AIDS, da Programação Anual de Saúde (PAS) destinada a cumprir com o objetivo de “Fortalecer a Vigilância em Saúde como norteadora do Modelo de Atenção assegurando a sua transversalidade na Rede de Atenção a Saúde - RAS”.

Espera-se com essa aquisição, colaborar com a qualificação da política de incentivos de prevenção do HIV e outras infecções sexuais transmissíveis (IST).

Considerando o presente processo, onde constam as informações do anexo do Documento de Formalização de Demanda (DFD) - **SMS-PRO-2025/28200** - da área demandante e das áreas participantes, evidenciando o problema a ser resolvido.

O insumo em questão é uma estratégia de prevenção do HIV e outras infecções sexuais transmissíveis (IST), preconizado pelo Ministério da Saúde para disponibilização na atenção primária, policlínicas e maternidades. Registra-se ainda, que esse processo visa substituir o processo **SMS-PRO-2024/06171**.

Aquisição por sistema de registro de preço, por menor preço item com entrega integral, sem obrigações

futuras, que visa atender as demandas de abastecimento da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, obedecendo a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 e DECRETO RIO Nº 51.078, 04 DE JULHO DE 2022. A mesma se justifica e se mostra a solução mais vantajosa, pois estamos diante de demanda de atendimento da SMS/RJ por 12 meses (admitida a prorrogação na forma da legislação vigente).

Observados os princípios da eficiência e da economicidade e atentado para todo o ciclo de vida do objeto, incluindo seus custos indiretos e fatores vinculados, a contratação em questão será realizada através de dispositivo licitatório na modalidade sob a sistemática de Registro de Preços, empregando o critério de julgamento de “Menor Preço por item” e modo de disputa “Aberto e Fechado”.

O abastecimento deverá ocorrer de forma programada e parcelada, tomando por base dados de consumo histórico e ainda números de indivíduos a serem atendidos, e serão acompanhados e monitorados de forma a manter os níveis de estoque contínuo e ininterrupto evitando estoques desnecessários e permitindo maior flexibilidade e economia na otimização dos recursos.

Certificamos ainda que o bem que a SMS-RJ visa adquirir no presente processo é comum e facilmente encontrado no mercado com ampla concorrência.

A homologação e posterior aquisição do item do presente processo, guarda alinhamento ao planejamento da SMS/RJ que é responsável por executar a política municipal de saúde e, como gestora plena do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade, garantir o atendimento universal da população, conforme os preceitos do SUS. É a SMS que, diante do conhecimento das características e demandas próprias da população carioca, organiza as prioridades da saúde pública da cidade, dentro do que é previsto nas políticas públicas e serviços ofertados pelo SUS.

Pela política definida no SUS, aos municípios cabe à assistência da Atenção Primária e o atendimento de urgência e emergência. Dessa forma, a SMS cumpre seu papel na organização do sistema, ofertando serviços de saúde de qualidade a seus colaboradores e a população, evitando faltas de insumos que poderiam prejudicar o atendimento da população.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

A contratação de produtos através do Sistema de Registro de Preço (SRP) e por preço unitário, se justifica e se mostra a solução mais vantajosa, pois estamos diante de demanda de atendimento da SMS/RJ por 12 meses (admitida a prorrogação na forma da legislação vigente), conforme vierem surgindo as necessidades e, concomitantemente, haja disponibilidade financeira e orçamentária para fazer frente às despesas. Ademais, a celebração de ata de registro de preços vai ao encontro dos princípios da eficiência na Administração Pública, de modo a garantir uma gestão mais racional e efetiva dos estoques, evitando grandes quantitativos e possíveis perdas.

A celeridade fica caracterizada pelo fato de não ser necessário orçamento prévio para a utilização do SRP. Assim, a Administração pode realizar a licitação e aguardar a liberação dos recursos para efetivar a contratação da empresa vencedora do certame. Esta vantagem toma maior relevância ao se considerar que, muitas vezes, o Poder Legislativo não aprova a Lei Orçamentária antes do final do exercício anterior. A economia é decorrente, principalmente, da realização de um único certame licitatório para diversas contratações.

Esclarecemos que a aquisição do item, não demanda exigências de assistência técnica ou demais providências de manutenção, bastando haver espaço controlado para seu acondicionamento, câmaras frias (quando necessário) para termolábeis, equipamentos específicos para o trabalho de almoxarife, e a presença de profissionais habilitados e com expertise para sua correta gestão.

Observados os princípios da eficiência e da economicidade e atentado para todo o ciclo de vida do objeto, incluindo seus custos indiretos e fatores vinculados, a contratação em questão será realizada através de dispositivo licitatório na modalidade sob a sistemática de Registro de Preços, empregando o critério de julgamento de “Menor Preço por item” e modo de disputa “Aberto e Fechado”.

São condições para alcançar os resultados esperados, a contratação de pessoa jurídica com qualificação técnica comprovada.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 - A validade do produto ao ser entregue deverá, obrigatoriamente, ser de, no mínimo, 80% de sua validade plena, de acordo com seu registro válido expedido pela ANVISA/MS, como impresso nas embalagens originais do produto. A SMS/RJ se reserva ao direito de não receber produtos com validade inferior a esse percentual estipulado.

4.2 - Os rótulos deverão conter claramente as instruções de uso do produto e deverá manter-se inalterado ao contato com a água evitando dúvidas quanto aos dizeres e assegurando ao usuário as informações necessárias.

4.3 - A SMS/RJ se reserva ao direito de não receber os produtos entregues pelas empresas contratadas, caso não estejam em suas embalagens originais, apresentem sinais de violação ou que estejam em estado de conservação que suscitem dúvidas sobre a procedência dos mesmos, inclusive quanto às condições de transporte e o intervalo de temperatura para conservação dos itens no acondicionamento.

4.4 - A empresa contratada deverá adotar modalidade de remessa dos produtos que permita a conferência no ato da entrega antes do ateste final do recebimento, seguindo as Boas Práticas de Transporte. Além disso, deve disponibilizar no ato da entrega dos produtos, mão de obra em número suficiente, a fim de apoiar a retirada e conferência da carga.

4.5 - A capacidade de empilhamento das caixas deverá estar claramente indicada na parte exterior da embalagem, assim como quaisquer outros cuidados que devam ser tomados na hora do armazenamento do produto, como proteção contra calor e umidade. Na embalagem terciária também deverão estar impressas as seguintes informações: nome do produto, razão social, endereço e CNPJ do fabricante/fornecedor, marca, data de fabricação, nº do lote, validade do produto e quantidade acondicionada.

4.6 - No ato de cada entrega do lote, o fabricante/fornecedor deverá apresentar duas cópias da Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico e de uma cópia do Boletim Técnico. Especificação Técnica 51-13-17, Revisão 14/08/2017.

4.7 - Deverá constar na nota fiscal o número do pedido, a nota de empenho e código (s) do (s) material (is) constante (s) na proposta detalhe. Caso não seja possível informar o (s) código (s) do (s) material (is) na nota fiscal, este deverá ser anexado à nota.

4.8 - As entregas dos produtos deverão ocorrer em até 30 dias corridos, no horário de 08:00 horas às 15:00 horas; devendo ser previamente agendada.

Os 30 dias corridos serão contados a partir da publicação da convocação, no D.O.RIO, ou de outro meio de comunicação, para a retirada da Nota de Empenho e respectiva Autorização de Fornecimento.

4.9 - Por se tratar de aquisição com entrega imediata e integral produtos adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras, inclusive assistência técnica, será dispensável o contrato formal, que será substituído pela Nota de Empenho e respectiva Autorização de Fornecimento.

4.10 - A atestação do serviço deverá seguir as orientações do MANUAL DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS, publicado na Atualização da Resolução CGM nº 1.412, de 18 de julho de 2018, inclusive quanto o artigo 6º que determina no mínimo três servidores para atestação de despesas.

4.11 - Local de entrega:

| | |
|---|--|
| CENTRAL DE ABASTECIMENTO DA SMS/RJ (SUBPAV) | ESTRADA DOS BANDEIRANTES, 1.700 LOTE 02, GALPÃO 01- TAQUARA - RIO DE JANEIRO / RJ TEL. (21) 3342.9414 |
| HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA | RUA AQUIDABÃ, 1.037 - LINS DE VASCONCELOS - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 3111-6763 / 3111-6758 |
| HOSPITAL MATERNIDADE ALEXANDER FLEMING | RUA JORGE SCHIMDT, 331 - MARECHAL HERMES - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 2454.1205 / 2458.1595 |
| HOSPITAL MATERNIDADE FERNANDO MAGALHÃES | RUA GAL JOSÉ CRISTINO, 87 - SÃO CRISTÓVÃO - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 3878.2372 / 3878.1479 |
| HOSPITAL MATERNIDADE HERCULANO PINHEIRO | AV. MINISTRO EDGARD ROMERO, 276 - MADUREIRA - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 2458.8601 / 2458.8625 |
| HOSPITAL ANDARAÍ | RUA LEOPOLDO, 280 - ANDARAÍ - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 2575-7235 / 2575-7097 |
| HOSPITAL MUNICIPAL DE PIEDADE | RUA DA CAPELA, 96 - PIEDADE - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 3111.6540 / 3111.6543 |
| HOSPITAL MUNICIPAL SALGADO FILHO | RUA ARQUIAS CORDEIRO, 370 - MÉIER - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 3111.4108 / 3111.4109 |
| HOSPITAL MUNICIPAL RAPHAEL DE PAULA SOUZA | ESTRADA DA CURICICA, 2.000 - CURICICA - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 3413.6433 / 3412.6169 |

4.12 - O fornecedor deverá cumprir com todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Deverá também efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

4.13 - O fornecedor será o responsável pela atividade da correta entrega do material registrado na Ata de Registro de Preços, evento que se estende até o momento em que o material for posto no endereço indicado para a entrega, após devidamente descarregado, depois de acolhido pelo Almojarifado recebedor, em condição de conferência, dentro do prazo estabelecido na Ata de Registro de Preços.

4.14 - O fornecedor se responsabilizará pelas providências administrativas e pelos pagamentos de frete, seguro, eventuais autorizações para trânsito do material, bem como, pelo cumprimento de toda legislação geral e específica de transporte para o item transportado.

4.15 - A empresa fornecedora deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.16 - Caso seja necessário, a SMS/RJ poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos sanitários competentes análise fiscal dos produtos, para avaliação de qualidade em laboratório oficial das amostras estocadas na Secretaria. É de total responsabilidade do fornecedor a substituição imediata dos lotes que apresentem desvio de qualidade e comunicação aos órgãos sanitários.

4.17 - Tendo em vista se tratar de aquisição em nível municipal, sem larga escala geográfica e por se tratar de uma contratação por item, não se deve aplicar mensuração por variação do lote. Informamos que Independente da forma, local de acondicionamento (tipo de embalagem) e local de entrega do produto ofertado, não deverá haver tratamento diferenciado de preço no processo licitatório, desde que atenda ao descritivo e exigências técnicas e sanitárias, **inciso III do artigo 82 da lei 14.133/2021.**

4.18 - O fornecimento do pedido de entrega do produto pela empresa, após homologação, deverá ser acompanhada de anexos, que são: Relação contendo a descrição/especificação completa de cada item, sua unidade de aquisição e código catálogo de materiais da SMA e a quantidade a ser fornecida para aquisição.

4.19 - A contratada somente fornecerá o item mediante empenho nas quantidades estabelecidas pela unidade solicitante, para atender as demandas por períodos que serão definidos levando em consideração, a necessidade, a otimização de recursos, espaço e tempo de ressuprimento viável para uma melhor gestão do estoque. Podendo ser a quantidade total de itens divididas em diferentes empenhos ao longo da vigência do contrato ou até mesmo a não utilização do quantitativo total.

4.20 - A Unidade Orçamentária irá efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos **(alínea “g” do inciso XXIII do artigo 6 da lei 14.133/2021).**

4.21 - Poderá haver mais de um fornecedor, para um mesmo item, desde que aceitem cotar o objeto nas mesmas condições ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, e o produto e o fornecedor atenda as exigências da SMS/RJ **(inciso VII do artigo 82 da lei 14.133/2021).**

4.22 - Considerando as delimitações de proporcionalidade, cumpre-nos asseverar que as ações para aquisição de produtos na SMS/RJ priorizam, acima de quaisquer outros aspectos, a ostensiva e sistemática adoção de medidas preventivas destinadas a evitar o desabastecimento na de saúde do Município, desta forma entende-se ser razoável a possibilidade de o licitante oferecer na sua proposta um quantitativo menor ao total previsto no Termo de Referência, desde que não seja inferior a 50% - inciso IV do artigo 82 da lei 14.133/2021.

4.23 - Para atender o inciso II do artigo 82 da lei 14.133/2021, a quantidade mínima a ser cotada e aceita, deverá ser 50% do total estimado para 12 meses. A quantidade máxima a ser adquirida durante a vigência da Ata será o quantitativo total estimado, conforme planilha no item 1.2 - inciso I do artigo 82 da lei 14.133/2021.

4.24 - Caso empresas distintas apresentem, para o mesmo item propostas idênticas, será utilizado como critério de desempate, a empresa que apresentar certificado de ações sustentáveis, que é um identificador para ações inovadoras capazes de gerar, impacto positivo em toda cadeia do meio ambiente **(inciso VIII do artigo 18 da lei 14.133/2021).**

4.25- É recomendável que as empresas participantes dos processos de aquisição na SMS/Rio, tenham ações voltadas à promoção da sustentabilidade por meio de suas operações, sejam elas de logística e/ou de produção. O “ciclo de vida” do objeto compõe todas as etapas da cadeia de produção até o descarte final do produto. A análise do ciclo de vida considera o impacto ambiental do produto em todos os seus estágios (inciso VIII do artigo 18 da lei 14.133/2021).

As empresas do ramo farmacêutico que possuem “Ações de Sustentabilidade”, são empresas que minimizam o impacto ambiental com fluxos estabelecidos, documentos e certificados comprovados.

A sustentabilidade não está relacionada apenas ao meio ambiente, mas também deve ser implementada [em muitos outros aspectos](#) (ambiental, econômica e social), desta forma será considerada “ações sustentáveis”: empresas que destinam reserva de vagas para cargos para pessoa com deficiência, pessoa reabilitada ou jovem aprendiz; reciclagem de seus materiais para sua produção; descarte correto de resíduos perigosos; logística reversa para coletar medicamentos ou produtos vencidos em farmácias; implementação de sistemas

de reutilização de água, descarte correto do lixo eletrônico, redução do consumo de descartáveis, entre outros.

4.26 - Considerando a natureza do objeto não há de se falar em parcelas de maior relevância, pois não há elementos que diferencie nem individualize o objeto, evidenciando ponto mais crítico, técnica mais complexa ou risco mais elevado para execução. As exigências de qualificação técnica e sanitárias contidas nos itens 8 a 9 do presente TR são suficientes e adequadas para avaliação da contratação do objeto que se deseja adquirir, desta forma não se configura a necessidade de indicação de parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, não cabendo para o que se deseja licitar - **inciso IX do artigo 82 da lei 14.133/2021.**

4.27 - A SMS/RJ (Unidade Orçamentária) irá efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos - **alínea “g” do inciso XXIII do artigo 6 da lei 14.133/2021.**

4.28- Caso o material entregue apresente suspeita de irregularidade, a Contratada deverá arcar com os custos da análise em laboratórios da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde).

4.29 - É imprescindível que a empresa que detém a homologação do item do registro de preço, informe a secretaria caso ocorra alguma interdição cautelar do produto ofertado.

5- DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

5.1 - Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

5.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei nº 14.133/2021.

5.3 - O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - São obrigações da Contratante:

6.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

6.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, lote e prazo de validade;

7.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 05 dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5 - Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na aquisição.

8 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO DO PRODUTO

8.1 - Deverá ser apresentado Certificado de Registro do Produto Ofertado, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA /MS ou publicação completa no Diário Oficial da União (DOU), com despacho da concessão de Registro referente ao produto ofertado, em favor do fabricante em conformidade com o disposto na Lei nº 6.360/76, no Decreto nº 8.077/2013.

8.2 - Considerando que o item que se deseja adquirir é classificado pela ANVISA como “Produto para Saúde”, classe de risco II, o mesmo deve seguir os requisitos técnicos da **RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 185, DE 22 DE OUTUBRO DE 2001**.

8.3 - As empresas deverão anexar catálogo do produto ofertado, comprovando entre outras coisas: Certificado do INMETRO e Certificado de Qualidade do produto emitido pelo fabricante.

9- DOCUMENTOS SANITÁRIOS DAS EMPRESAS PRODUTORAS E/OU DISTRIBUIDORAS:

Os licitantes deverão também encartar no processo, os documentos sanitários abaixo, compatíveis com o objeto a ser licitado.

9.1 - Autorização de Funcionamento da empresa, emitida pela ANVISA/MS, conforme art. 1º e 2º da Lei Federal nº 6.360/76 e art. 2º e 3º, do Decreto nº 8.077/2013.

9.2 - Licença de Funcionamento, conferida pelo Órgão Sanitário da respectiva Unidade da Federação, conforme art. 1º e 2º, da Lei Federal 6.360/76 e art. 2º e 3º, do Decreto nº 8.077/2013.

9.3 - Em se tratando de empresas distribuidoras ou que exerçam quaisquer das atividades descritas nos Artigos 21, da Lei 5991/73 e 14, do Decreto 74170/74, será necessária a apresentação da Licença de funcionamento conferida pelo Órgão Sanitário da respectiva unidade da federação.

9.4 - Prova de registro do responsável técnico no Conselho Regional de Farmácia (CRF), ou outro que guarde a compatibilidade com o objeto a ser adquirido.

10 - PROPOSTAS E CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS E APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

10.1 - A proposta de preços deverá incluir, o produto por preço unitário de forma clara e inequívoca, a especificação do produto, a apresentação, o fabricante, a embalagem com o quantitativo do produto ofertado, o número do registro expedido pela ANVISA/MS.

Características do produto: Gel lubrificante íntimo podendo ser usado com ou sem preservativo, não gorduroso, incolor, inodoro, solúvel em água, altamente lubrificante, PH neutro, consistência apropriada à finalidade a qual se destina hipoalergênico e de fácil remoção (Sachê com 5 g cada).

Condições gerais: Embalagem com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, acondicionado de acordo com a praxe do fabricante. Rotulado conforme a legislação em vigor. Deverá constar na embalagem nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor, procedência, nº do lote, prazo de validade, nº do Registro no Ministério da Saúde. Declarar marca, fabricante e procedência.

O Gel íntimo (lubrificante) é classificado pela ANVISA como “ Produto para Saúde”, possuindo desta forma número de registro.

10.2 - A amostras serão analisadas também pelos técnicos da Área demandante, considerando as especificações do presente processo no que tange a qualidade e especificação do produto ofertado.

10.3 - Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

10.4 - Concomitante à apresentação da(s) amostra(s), o(s) licitante(s) provisoriamente vencedor(es) deverá(ão) enviar ao pregoeiro, juntamente com a proposta comercial, o Prospecto Técnico e/ou Catálogo Ilustrativo do Produto, em língua portuguesa, contendo todas as especificações técnicas do item ofertado, para análise e conferência da área técnica, em conformidade com as especificações exigidas pelo instrumento convocatório.

10.5 - As amostras deverão ser apresentadas pelos licitantes deverão ser de lote comercial, não sendo aceitos produtos produzidos com o único fim de serem apresentados como amostras. A equipe técnica realizará avaliação das amostras para análise e verificação do atendimento pleno das especificações técnicas, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

10.6 - Para realização da avaliação técnica, para cada item, os licitantes deverão fornecer no mínimo 03 (três) unidades de amostra.

10.7 - As amostras deverão ser apresentadas em embalagens comerciais, originais e acondicionadas em materiais que garantam a sua integridade, protegendo-as de avarias de quaisquer naturezas.

10.8 - As amostras deverão estar em embalagens contendo identificação do item ao qual correspondem, indicando na parte externa:

- a) Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
- b) Nome da empresa
- c) Licitação n.º ____ / 202__
- d) Item n.º ____
- e) Lote Comercial n.º ____

10.9 - A ausência das identificações mínimas relacionadas à amostra na forma indicada do item anterior poderá ensejar a desclassificação do interessado.

10.10 - Cabe a administração solicitar ao licitante classificado em primeiro lugar a apresentação de amostra física do item ofertado, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da notificação formal, prorrogáveis, automaticamente, por igual período, desde que o licitante comprove, tempestivamente, o envio da amostra, através do chat do certame dentro do prazo de 3 (três) dias iniciais.

10.11 - Todas as amostras deverão ser entregues na Gerência de Licitações, no Centro Administrativo São Sebastião, na Av. Afonso Cavalcanti n.º 455, 8º andar, sala 814, Cidade Nova, Rio de Janeiro, CEP 20211-111, dentro de 72 h, depois de declarada a empresa detentora do menor preço.

10.12- No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

10.13 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.14 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

10.15 - As amostras colocadas à disposição da Administração poderão ser manuseadas e desmontadas pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.16 - Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

10.17 - Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.18 - Caso haja reprovação do produto apresentado como amostra pelo licitante provisoriamente

classificado em primeiro lugar (menor preço), o licitante provisoriamente classificado em segundo lugar será oportunamente convocado para apresentação de amostra do produto ofertado, no prazo estabelecido pelo pregoeiro, e assim sucessivamente, até que seja selecionado produto com amostra aprovada.

10.19 - Caso haja reprovação de amostra de produto de determinada marca e modelo apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar (menor preço) ou subsequente, com sua consequente desclassificação, de forma devidamente atestada e justificada nos autos, os demais licitantes que ofertarem produtos da mesma marca e modelo, para o mesmo item, também serão desclassificados.

10.20 - Poderão ser agregados à análise, para efeito de orientação técnica, classificação ou desclassificação, indicadores da experiência anterior no uso do produto pela SMS/RJ, bem como informações junto a outros órgãos públicos ou privados que já tenham usado o material.

11 - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os trabalhos de levantamento qualitativo de mercado (que resultaram na definição das especificações e descritivos) ocorrem com a prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, em que deve considerar entre outras opções as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades. O orçamento detalhado da estimativa de preços unitários, fundamentado em pesquisa de mercado, deverá vir acompanhado da memória de cálculo.

Informamos que os parâmetros pesquisados pela SUBG (setor com capacidade técnica e expertise da secretaria que trata o assunto) contemplaram de forma ampla, pesquisas e consultas com empresas que desempenham atividades pertinentes e compatíveis com o objeto que se deseja adquirir, e ainda consultas as ferramentas disponibilizadas pelo governo federal com dados e informações de compras públicas homologadas no Sistema do Governo, com especificações integradas que visa à padronização de produtos e serviços adquiridos pelos entes federativos como: Painel de Preços do Ministério da Economia, Banco de Preços e ATAS SMS.

A Gerência de Assistência Farmacêutica (GAF) da SMS/RIO fez análise crítica do mapa de preços com os dados pesquisados. O valor estimado para a presente contratação encontra-se no mapa de preços.

12- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O planejamento desta contratação está previsto na Lei nº 7.234, de 12 de janeiro de 2022, que trata do Plano Plurianual da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para o quadriênio 2022/2025 e na Lei nº 8.797, de 13 de janeiro de 2025, que trata da Lei Orçamentária Anual desta Prefeitura para o exercício financeiro de 2025.

SUBPAV/SAP/CDT

| Programa de Trabalho | Natureza de Despesa | Fonte de Recursos |
|-----------------------|---------------------|-------------------|
| 18001.10.301.330.2128 | 339030 | 1600184 |

Programa de Trabalho da SUBHUE – Cada unidade hospitalar possui orçamento próprio, por serem UOs (Unidades Orçamentárias), entretanto encaminhamos informações de uma das unidades da SUBHUE:

Hospital Municipal Salgado Filho

| Programa de Trabalho | Natureza de Despesa | Fonte | Detalhamento da Fonte |
|----------------------|---------------------|-------|-----------------------|
| 20.10.302.0331.2851 | 339030 | 500 | 000119 |

13- REGIME DE PRESTAÇÃO E EXECUÇÃO

Por se tratar de aquisição com entrega imediata e integral o produto adquirido, dos quais não resultando obrigações futuras, inclusive assistência técnica, será dispensável o contrato formal conforme previsto no art. 95 da Lei 14.133/2021, que será substituído pela Nota de Empenho e respectiva Autorização de Fornecimento. Esclarecemos que a aquisição dos medicamentos e produtos para a saúde não demanda exigências de

assistência técnica ou demais providências de manutenção, bastando haver espaço controlado para seu acondicionamento, câmaras frias (quando necessário) para termolábeis, equipamentos específicos para o trabalho de almoxarife, e a presença de profissionais farmacêuticos para sua correta gestão.

14 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1- A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 14.2.

14.2 - Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Secretaria Municipal de Saúde poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (a) **Advertência;**
- (b) **Multa** de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato;
- (c) **Multa** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

14.3 - A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

14.3.1 - 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.3.2 - 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

14.3.3 - 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

14.3.4- 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

14.4 - As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.5 - As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

14.6- As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do subitem 14.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

14.7- As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do subitem 14.2, não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

14.8- As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

14.9- Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

14.10- A aplicação das sanções previstas no item 14.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.11- A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15 - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS (PCA):

A homologação e posterior aquisição do item do presente processo, guarda alinhamento ao planejamento da SMS/RJ que é responsável por executar a política municipal de saúde e, como gestora plena do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade, garantir o atendimento universal da população, conforme os preceitos do SUS. É a SMS que, diante do conhecimento das características e demandas próprias da população carioca, organiza as prioridades da saúde pública da cidade, dentro do que é previsto nas políticas públicas e serviços ofertados pelo SUS.

Pela política definida no SUS, aos municípios cabe à assistência da Atenção Primária e o atendimento de urgência e emergência. Dessa forma, a SMS cumpre seu papel na organização do sistema, ofertando serviços de saúde de qualidade evitando faltas de insumos que poderiam prejudicar o atendimento da população atendida.

O planejamento desta contratação está previsto na Lei nº 7.234, de 12 de janeiro de 2022, que trata do Plano Plurianual da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para o quadriênio 2022/2025 e na Lei nº 8.797, de 13 de janeiro de 2025, que trata da Lei Orçamentária Anual desta Prefeitura para o exercício financeiro de 2025.

Cumprir citar que o TR do presente processo tem o intuito de que seja gerado o melhor resultado da contratação para a secretaria, tendo em vista os vários tópicos (4.1 a 4.29) que prezam por parâmetros de adequação técnica, eficiência e de sustentabilidade, tendo em vista o intuito de se adquirir o produto correto, nas condições estabelecidas pela SMS/RJ e ainda a preocupação de evitar perdas e prejuízos com vencimentos e/ou imprestabilidades.

Ratifica-se que no TR do presente processo existe todo direcionamento para que sejam observados os princípios da eficiência e da economicidade, sempre atentado para todo o ciclo de vida do objeto a ser adquirido, incluindo seus custos indiretos e fatores vinculados. A contratação em questão que será realizada através de dispositivo licitatório na modalidade sob a sistemática de Registro de Preços, empregando o critério de julgamento de “Menor Preço por item” e modo de disputa “Aberto e Fechado.

O método de aquisição por registro de preços justifica-se pela necessidade de contratações frequentes, bem como compras habituais, quando não for possível definir previamente a quantidade exata da demanda e quando a estocagem dos produtos por longos períodos não for recomendável, quer pelo caráter perecível quer pela dificuldade no armazenamento.

A limitação de espaço físico e a disponibilidade orçamentária a cada pedido são um viés, mas a possibilidade de aquisição de quantitativos parcelados durante o período de vigência, quando for conveniente, dever ser usada estrategicamente pela unidade requisitante (SMS/RJ) ficando sempre atenta ao “ciclo de vida” do objeto, que são todas as etapas da cadeia de produção até o descarte final do produto. A análise do ciclo de vida deve também considerar o impacto ambiental dos produtos em todos os seus estágios, inciso VIII do artigo 18 da lei 14.133/2021.

A SMS/RJ prezando pelo incentivo da sustentabilidade nos processos de aquisição de medicamentos, inseriu no TR tópicos que priorizam empresas do ramo farmacêutico que possuem “Ações de Sustentabilidade”. Essas empresas precisam apresentar algum certificado e/ou fluxo que minimizam o impacto ambiental como: descarte correto de resíduos perigosos, logística reversa para coletar medicamentos vencidos em farmácias, implementação de sistemas de reutilização de água, descarte correto do lixo eletrônico, redução do consumo de descartáveis, etc...

Conforme destacado no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, o produto a ser adquirido e utilizado é enquadrado na classificação de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos em instrumento convocatório por meio de especificações usuais no mercado, conforme o art. 6º, XIII, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o art. 2º, II, do Decreto Rio nº 51.078, de 04 de julho de 2022. Por definição legal, a aquisição de bens e serviços comuns forçosamente se executará na modalidade de licitação por pregão, cujo critério de julgamento, no caso específico, será o de menor preço tendo-se em vista a ausência de fixação pelo montante-base de preço global parametrizado para a oferta dos descontos, ou da inexistência de tabela de preços referenciais praticados no mercado.

16 - ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Unidades Participantes: Nível Central da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SUBPAV), Hospital Maternidade Carmela Dutra), Hospital Maternidade Alexander Fleming Dutra, Hospital Maternidade Fernando Magalhães, Hospital Maternidade Herculano Pinheiro, Hospital do Andaraí, Hospital Municipal Piedade, Hospital Municipal Salgado Filho, Hospital Municipal Raphael de Paula e Souza.

17 - LOCAIS DE ENTREGA

| | |
|---|--|
| CENTRAL DE ABASTECIMENTO DA SMS/RJ (SUBPAV) | ESTRADA DOS BANDEIRANTES, 1.700 LOTE 02, GALPÃO 01- TAQUARA - RIO DE JANEIRO / RJ TEL. (21) 3342.9414 |
| HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA | RUA AQUIDABÃ, 1.037 - LINS DE VASCONCELOS - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 3111-6763 / 3111-6758 |
| HOSPITAL MATERNIDADE ALEXANDER FLEMING | RUA JORGE SCHIMDT, 331 - MARECHAL HERMES - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 2454.1205 / 2458.1595 |
| HOSPITAL MATERNIDADE FERNANDO MAGALHÃES | RUA GAL JOSÉ CRISTINO, 87 - SÃO CRISTÓVÃO - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 3878.2372 / 3878.1479 |
| HOSPITAL MATERNIDADE HERCULANO PINHEIRO | AV. MINISTRO EDGARD ROMERO, 276 - MADUREIRA - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 2458.8601 / 2458.8625 |
| HOSPITAL ANDARAÍ | RUA LEOPOLDO, 280 - ANDARAÍ - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 2575-7235 / 2575-7097 |
| HOSPITAL MUNICIPAL DE PIEDADE | RUA DA CAPELA, 96 - PIEDADE - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 3111.6540 / 3111.6543 |
| HOSPITAL MUNICIPAL SALGADO FILHO | RUA ARQUIAS CORDEIRO, 370 - MÉIER - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 3111.4108 / 3111.4109 |
| HOSPITAL MUNICIPAL RAPHAEL DE PAULA SOUZA | ESTRADA DA CURICICA, 2.000 - CURICICA - RIO DE JANEIRO / RJ TEL (21) 3413.6433 / 3412.6169 |

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2026.

GIOVANI WISSOCOSKI FARIZELLI

GERENTE

Matrícula: 11/236.257-2

S/IVISA-RIO/CTATS/GAF



**GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
S/IVISA-RIO/CTATS/GAF**

Secretaria Municipal de Saúde
central.naf@gmail.com

prefeitura.rio/web/sms



Documento assinado eletronicamente por **GIOVANI WISSOCOSKI FARIZELLI**, **Assistente II**, em 20/04/2026, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 26 do [Decreto Rio nº 57.250, de 19 de novembro de 2025](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://prefeitura.sei.rio/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0&cv=3444301&crc=AC641CEC, informando o código verificador **3444301** e o código CRC **AC641CEC**.

Referência: Processo nº SMS-PRO-2025/28200

SEI nº 3444301